

OS DESAFIOS DE ESCRITORES DURANTE E APÓS O REGIME SALAZARISTA EM PORTUGAL

Cybele Regina Melo dos Santos¹

RESUMO

O período do regime salazarista em Portugal perdurou por mais de quarenta anos, sendo de 1933 a 1974. Nesse momento da história do país, o impacto da censura foi sentido diretamente nas artes, sobretudo na literatura produzida, seja na prosa, na poesia ou no teatro. Isso ocorreu de maneira tão profunda que não foram apenas os textos que sofreram com a censura, mas os próprios autores que tiveram suas vidas pessoais muitas vezes atacadas em sua liberdade, estando em constante vigilância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE. O papel da PIDE era o de supervisionar todos os assuntos políticos, religiosos e militares entre os civis, impedindo a divulgação do que pudesse ser contra ao governo, bem como escândalos de várias ordens. Dentre os diversos autores perseguidos à época destaca-se a escritora Natália Correia (1923-1993) que foi uma das que mais teve obras censuradas durante o período da ditadura portuguesa, dentre elas destacam-se *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (1965) e *O Encoberto* (1969). Natália além de escritora foi uma crítica atuante em oposição ao regime político salazarista, assim como outro autor que ganhou destaque literário anos após a Revolução dos Cravos (1974), que foi José Saramago (1922-2010), que escreveu especialmente sobre o tema a peça *A noite* (1979). Assim, no sentido de se realizar uma reflexão sobre a produção textual portuguesa na segunda metade do século XX, nos debruçaremos em dois momentos, o primeiro nos anos da ditadura em andamento e o segundo nos anos posteriores a ela, destacando a produção mencionada desses dois autores portugueses.

Palavras-chave: História; Censura; Teatro; Natália Correia; José Saramago.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, sob orientação do Prof^o Dr^o José Horácio de Almeida Nascimento Costa, cyre@usp.br;

INTRODUÇÃO

O século XX ficou marcado por inúmeros conflitos mundiais, com lutas internas e externas nos mais diversos países, geralmente ocasionadas por mudanças de regimes políticos que geraram um crescimento de diversos governos autoritários, como o nazismo na Alemanha, fascismo na Itália, franquismo na Espanha, além da primeira e segunda grande Guerra, com vários conflitos armados e lutas pela democracia, culminando com a queda de líderes e consequentes alterações de desenvolvimento em inúmeros países.

Particularmente em Portugal as manifestações políticas, sociais e econômicas afetaram toda a constituição de uma nação ao longo do século XX. Assim, objetivando compreender esse cenário e as suas reverberações, sobretudo as marcas impressas na escrita literária, se faz necessário retomar o contexto político à época em Portugal, em especial, a instauração do Estado Novo.

A ditadura militar portuguesa define-se como o período organizado por um golpe militar, que compreendeu os anos de 1926 a 1933, quando da institucionalização do Estado Novo. A década de 1930 foi marcada por agitações políticas, sociais e econômicas decorrentes da instauração desse regime político ditatorial, em que foi pautado na censura e repressão que estavam sob o domínio do governo totalitário, de caráter fascista, de Antônio de Oliveira Salazar. Anos antes, exatamente em 1928, o general Óscar Carmona ao assumir a presidência da República convidou o então professor universitário António Salazar para participar do governo como Ministro das Finanças, onde permaneceu até o ano de 1968, perfazendo um total de quarenta anos no poder. (MATTOSO, 1997)

Em 1933, Salazar assumiu o cargo de presidente do Conselho dos Ministros, dando início ao longo período da ditadura salazarista. Logo, pode-se perceber que ele ocupara uma posição de destaque no governo sendo considerado pelos chefes militares da ditadura como não apenas o ditador financeiro, mas “como uma espécie e mentor do regime e condutor do destino político português”. (SARAIVA, 1993, p. 512)

O governo de Salazar foi marcado pelo autoritarismo (criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado – sob a sigla PIDE –, e estabelecimento de Prisões Políticas tanto no Forte de Peniche, como nos Campos de Deportação em Tarrafal, no Cabo Verde, bem como a censura dos meios de comunicação e das artes), nacionalismo (exaltação do passado e culto dos heróis como D. Afonso Henriques e Vasco da Gama),

culto da sua personalidade como salvador da Nação, promoção de propaganda de governo de forma a beneficiar a imagem frente ao povo e um forte incentivo ao trabalho no campo. (AUGUSTO, 2011)

A censura imposta pelo regime limitava os direitos dos cidadãos desde 1926, quando foi instituída junto aos meios de comunicação social (rádio, televisão e escrita, envolvendo jornais, revistas, entre outros) e as artes (teatro, cinema e literatura), sendo fortalecida no decorrer dos anos. O papel da polícia política, a PIDE, era o de supervisionar todos os assuntos políticos, religiosos e militares entre os civis, impedindo a divulgação de tudo que fosse ou parecesse ser contra o governo, bem como escândalos de várias ordens. No caso dos livros, foram proibidos tanto de serem lidos, como vendidos ou impressos, de modo que a opinião pública fosse controlada. Tudo era muito bem articulado de maneira que “a acção da censura e a repressão policial abafam a maior parte dos factos políticos”. (SARAIVA, 1992, p. 533)

A característica PIDE utilizava a tortura física e psicológica para obter confissões e denúncias, mandava prender opositores ao regime, violava correspondências e invadia residências. Possuía ainda uma grande rede de informantes nas escolas e universidades, nas empresas e indústrias, no comércio e nos centros de convívio, além de manter preso qualquer um que acreditasse ser contrário ao regime.

Aqueles que se atreviam a falar ou questionar algo que pudesse abalar as estruturas estabelecidas eram submetidos a prisões, processados ou tinham suas obras censuradas com cortes, sendo algumas confiscadas, como foi o caso do escritor Aquilino Ribeiro, que fora processado por ter escrito o romance *Quando os Lobos Uivam* (1959), obra considerada pelos censores como “coberta de ficção literária (a forma mais grave de ofender)”. (DUARTE, 1962, p. 101)

Para tanto, busca-se com esse artigo mesmo que de forma breve, com aporte nos registos históricos e literários apresentar o quão desafiador foi para os escritores conseguirem se expressar num momento histórico tão conturbado, assim como o foi para aqueles que abordaram o tema nos anos subseqüentes aos acontecimentos políticos que contribuíram para a instituição de uma república democrática em Portugal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, novos rumos políticos na Europa começam a surgir, com uma visão mais democrática, influenciando

a classe média portuguesa, que passa a questionar certos mecanismos do Estado Novo.

Segundo Augusto (2011, p. 24), a censura denotava uma forma de poder, já que Salazar acreditava que tinha condições e o direito de controlar a vida de todos os cidadãos portugueses, fato este “que podia ser constatado pela existência de órgãos como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), entidade que objetivava o monitoramento da vida dos trabalhadores fora de suas atividades de âmbito profissional”.

A censura serviu como um instrumento de repressão cultural, tendo como alvo todos aqueles que pudessem representar alguma ameaça ao sistema político, como jornalistas, pensadores livres, publicitários, escritores e a classe artística. Assim, mantendo uma censura prévia e o controle do rádio, televisão, cinema e teatro, houve uma “proibição de oposição organizada, o controle da imprensa e a forte personalidade do Dr. Salazar explicam a longa estabilidade quer dos homens, quer das orientações”. (SARAIVA, 1992, p. 358-359)

Os temas que foram considerados proibidos eram os que abordavam tanto a educação feminina como a masculina, no que se referia ao comportamento e suas relações, bem como os assuntos sexuais, prevalecendo o puritanismo.

Dentre os escritores cujas obras eram motivo de constante censura cita-se Natália Correia (1923-1993). Ela foi uma destacada escritora portuguesa, com uma vasta produção literária com ênfase na dramaturgia e na poesia, também foi editora e trabalhou como jornalista no Rádio Clube Português e no jornal *O Sol*. Desde muito jovem, assumiu suas divergências com o Estado Novo, criticando publicamente suas opiniões contra o sistema e o salazarismo.

Suas manifestações contrárias ao regime político em vigor foram tema de suas publicações, com início na década de 1950. Para Pedrosa (2017, p. 184), “a sua atividade política valeu-lhe o olhar atento da PIDE”, e esse olhar atento a acompanhou até o final do regime.

Além de sua participação como crítica voraz ao regime presente na sua produção textual, participou ativamente da vida política do país, chegando à década de 1980 a ser eleita como deputada independente pelo Partido Popular Democrático (PPD).

Isso acarretou na censura de várias de suas obras, em que destacamos a *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica (1966)* e *O Encoberto (1969)*. Pela publicação da primeira, inclusive, ela foi condenada a três anos de prisão, que teve a aplicação da pena suspensa sendo convertida

em multa, por ser uma obra considerada ofensiva aos bons costumes. (GAMEIRO, 2016)

Com *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, Natalia foi censurada logo após a sua publicação, por “seu caráter pornográfico” (Pedrosa, 2017, p. 219), segundo a alegação feita pelos censores à época. A Censura a rotulava como uma escritora pornográfica, e isto foi feito como uma maneira de diminuí-la ou caracterizá-la como uma escritora que produzia, por meio de seus textos, um “conteúdo imoral” e contra os “bons costumes” da sociedade, nos sentido de denegrir sua imagem e o seu trabalho perante a opinião pública. Como vimos anteriormente, a moral era tida como uma das vertentes do salazarismo, e a condição de uma mulher tratar de temas ligados ao feminino e ao erótico eram uma afronta ao modelo que se pregava e ao papel que se queria que a mulher da sociedade portuguesa assumisse.

Ocorreu ainda, a tentativa de aproximar as ideias da autora com o comunismo, que era difundido com uma imagem negativa e que aterrorizava como uma ameaça ao Estado Novo. (PEDROSA, 2017)

Outra obra da autora que também causou uma repercussão negativa junto a censura foi com a peça *O Encoberto*, que explora o tema do mito do Rei Encoberto, D. Sebastião. O tema histórico-mítico aborda o regresso do Rei, esperado por uma parcela da população que não acredita em sua morte na batalha de Alcácer-Quibir (1578), lenda que se propagou ao longo dos séculos permanecendo viva no imaginário do povo português.

D. Sebastião é representado por uma das principais personagens da peça, Bonami, e em dado momento é visto como o próprio rei que regressou, como nessa fala de uma das personagens que representa uma figura histórica de Portugal.

D. João de Castro

Que sobreviva a esperança no regresso do Rei Encoberto.
Se morreres como D. Sebastião contigo se extingue toda a
miragem de liberdade para este povo. Incrível e intemporal,
esse rei de lenda é para os oprimidos a sensação de um
grito por dar. (CORREIA, 1969, p. 84)

A peça não foi levada a cena e também seu texto impresso foi proibido de circular pela censura à época, com o parecer da PIDE de que continha um conteúdo pornográfico e que feria a política em vigor. Mesmo Salazar não estando à frente do poder, pois nesse momento Marcelo Caetano já havia assumido o cargo de primeiro-ministro, o

cenário político permanecia nos mesmos moldes do seu antecessor. Ela foi encenada apenas em 1977, no Teatro Maria Matos, em Lisboa.

O enfoque que a autora dá ao restaurar da independência não será de somenos. Ao longo da obra, é esse um dos pontos fulcrais e é através dele que não só se faz uma ponte entre as duas circunstâncias históricas (a perda do poder régio para a dinastia Filipina e o Estado Novo) como se interligam todos os episódios em que os povos estão submissos a ditames alheio. É no sentido desta última que Natália Correia, pondo Portugal como expoente da crise ocidental, alcança a mundialização do mito: através da sua carga messiânica, ele poderia ser evocado sempre que os povos ou os países se vissem omisso de liberdade. (PEDROSA, 2017, p. 248)

A ação da peça ocorre no século XVI e no final dela temos um deslocamento temporal para o século XX, como uma demonstração de que ela tem pontos que se interconectam entre o passado e o futuro. As personagens que a compõem são identificadas com algumas contendo nomes de figuras históricas do século XVI como D. João de Castro e o rei Filipe II, o ator principal Bonami, que no decorrer da encenação passa a ser chamado de Bonami-Rei, numa referência direta à D. Sebastião. Outras personagens são representadas por diferentes classes de trabalhadores como padeiros, cozinheiras, alfaiates, prostitutas, banqueiros e padres que, ao pensarmos no século XX, podemos contextualizar com as pessoas que vivem sob o regime de Salazar.

Em diversos momentos da peça, percebemos uma alusão ao governo de Salazar, como neste excerto em que utiliza o termo “tirano” como para se referenciar ao momento que o país vivia.

LICENCIADO

Ouçam-me! Sou o Licenciado Belchior do Amaral. Em Montpellier aprendi que a Terra anda à volta do sol. Esta descoberta revolucionária prova-nos que tudo se move para sobreviver. Ela anuncia a era dos levantamentos populares. Em marcha! Em nome da razão, pegai as armas! Enquanto aguardais o fantasma da vossa demência, sois a besta de carga dos tiranos. (CORREIA, 1969, p. 41-42)

Anos após a publicação dessas obras de Natália, em meio às lutas e críticas que sofria o governo no país, surge um novo cenário para a vida política, econômica e social dos portugueses com a Revolução dos Cravos, ocorrida no ano de 1974.

Os fatos que culminaram nessa revolução tiveram início décadas anteriores, por volta de 1955. Portugal começou a sofrer uma forte pressão por parte da Organização das Nações Unidas, que insistia que cumprissem o Art.º 73 da Carta das Nações Unidas, solicitando a concessão da independência aos territórios ultramarinos que estavam sob a dominação portuguesa. Essa negociação perdurou até a data da ocorrência da Revolução dos Cravos.

Ela foi realizada pelo Movimento das Forças Armadas – MFA –, com o apoio da população, que, desejosos por mudanças, uniram-se para alterar o cenário do país. Com essa reforma no regime político, instaurava-se a Terceira República. Segundo Lourenço (1999, p. 140), nesse momento a esperança “nasceu acompanhada da vontade de inventar um outro destino para Portugal. Um destino inédito, excepcional no contexto ocidental da Europa, nada menos que o de uma ‘democracia popular’”.

Nesse cenário, destacamos o escritor José Saramago (1922-2010) por sua representação literária como crítico à política vigente no país. Com uma produção que envolve romances, ensaios, dramaturgia e poesia, deixou sua marca no cenário literário, não só por apresentar seu posicionamento contrário ao contexto político no país, mas por ser o único escritor português contemplado com um prêmio Nobel de literatura em 1998. Embora seja mais conhecido pelos seus romances e ensaios, as suas primeiras obras dramáticas colaboraram substancialmente para uma reflexão sobre o momento político e social pelo qual passou Portugal.

A passagem de Saramago nessa fase não se limitou a sua colaboração como escritor, mas foi também jornalística: foi nomeado diretor-adjunto no *Diário de Notícias* de abril a novembro de 1975, sofrendo com críticas e ataques políticos por parte do Exército que o nomearam como sendo “um perturbador da paz”, por veicular notícias que poderiam prenunciar um possível golpe. Então, ele se sentiu obrigado a abandonar o *Diário de Notícias*, e logo depois foi declarado um contrarrevolucionário por um Conselho da Revolução. Assim, Saramago, após ter sido manipulado pelas forças que operavam no país, teve sua imagem denegrida pelo MFA.

A peça A noite (1979), foi encomendada ao autor com o objetivo de ser levada ao palco. Foi representada 3 (três) vezes nos palcos portugueses, sendo a primeira no ano de publicação do livro pelo Grupo de Ampolide, recebendo o prêmio da crítica pelo Melhor Texto Original do ano.

A Noite se passa em uma redação de um jornal, em Lisboa, na noite de 24 para 25 de abril de 1974. As personagens são compostas pelas

peçoas que trabalham em uma redaçaõ: como chefe da redaçaõ, diretor, jornalista, contínuo, estagiários, entre outros. Ela se divide em dois atos, sendo que: o primeiro descreve o típico ambiente de uma redaçaõ de jornal, com suas mesas divididas por baias, telefone tocando, tilintar de máquinas de escrever e pessoas apressadas, em que cada uma realiza atividades primordiais para a confecçaõ de um jornal diário; e o segundo descreve um ambiente interno mais tranquilo, porém tenso nas ruas.

O prenúncio de um golpe são as notícias que chegam a redaçaõ, enquanto o jornal do dia 25 já está no prelo para a impressãõ. Ela é centrada nas relaçaões de poder que fizeram parte do governo ditatorial, como podemos perceber nesse excerto:

Torres: (...) Quantos acontecimentos importantes para o mundo se dão diariamente no mundo? Provavelmente milhões! Quantos deles são selecionados, quantos passam pelo crivo que os transforma em notícias? Quem os escolheu? Segundo que critérios? Para que fins? Que forma tem esse filtro ao contrário, que intoxica porque não diz a verdade toda? E notícias falsas, quantas circulam no mundo? Quem as inventa? Com que objetivos? Quem produz a mentira e a transforma em alimento de primeira necessidade?(...). (SARAMAGO, 1998, p. 125)

As personagens principais da peça representadas pelo chefe da redaçaõ e um jornalista são figuras que mostram os dois lados de uma situaçaõ histórica, o daqueles que são favoráveis e os que são contrários ao regime adotado pelo governo de Salazar. Metaforicamente, eles representam os dois lados de um conflito ideológico presente na época da ditadura salazarista: os que temem a repressãõ e apoiam o regime abertamente e os que são contrários, mas que se mantêm em silêncio.

Valadares, o chefe da redaçaõ, assume uma postura autoritária com os funcionários, contrária àquela apresentada perante o Coronel Miranda (que representa o governo), que é de submissãõ e reverência. Também é uma personagem que é sufocada e sente a pressãõ de seus subordinados no jornal, porém intimida-se com seus superiores. Torres, jornalista idealista e comprometido com a verdade, deseja a liberdade para escrever, não tendo que se submeter ao crivo do governo.

E o final da peça traz uma fala num tom contrário a censura, o jornal vai para a prensa com as notícias recém-chegadas:

Torres: (Exultando.) Aconteceu! Aconteceu! (...) É tudo verdade! Há tropas na Emissora, na Televisãõ, no Rádio

Clube. E o Quartel-General, em S. Sebastião, está cercado. E outros locais. Fora de Lisboa, também. Eu escrevo a notícia, tenho aqui os apontamentos, eu escrevo. (...). (SARAMAGO, 1998, P. 156)

A censura jornalística era muito acirrada e os censores agiam abruptamente. Além de “cortarem” as notícias que vinculariam nos jornais, a polícia política também visitava constantemente as redações e as casas de escritores apreendendo manuscritos, fixando a imagem de que “Portugal é um país censurado, em que os jornais, revistas ou livros só podem estar à venda desde que sejam permitidos pela Censura”. (DUARTE, 1962, p. 135)

De acordo com Nery (1975), o fim da censura em Portugal, decorrente do fim do Estado Novo, pôde ser sentido no comportamento das pessoas, que começavam a “descobrir” as ruas, com mais vontade de circular pela cidade, conhecer seus vizinhos, frequentar os cafés e rodas de conversa. As notícias de jornal começavam a expôr as manchetes com mais liberdade, as salas de cinema começavam a exhibir filmes que já haviam circulado no cinema europeu, com temas políticos e com cenas mais audaciosas, revistas de humor com piadas de sexo e de política também passaram a ser vendidas em bancas de jornal. Assim, com “a ausência de repressão policial – ainda que em alguns momentos intervenções pontuais tenham sido necessárias – fez com que a taxa de liberdade experimentada pelos cidadãos alcançasse uma marca incomum até mesmo para democracias consideradas já consolidadas na época”. (AUGUSTO, 2011, p. 154)

Para Portela e Rodrigues (1957, p. 44-47-157), “a ditadura clérico-militar mergulha Portugal nas trevas duma nova Idade-Média”, estabelecendo, gradualmente, novos rumos à nação, transformando o que “foi este vasto e fecundo movimento de operários manuais, escritores, tradutores e jornalistas, que a ditadura fascista desbaratou, matando uns e deportando outros, para que tudo viva, como hoje, na escuridão”. Os autores também reuniram cartas com depoimentos que apresentam o “barbarismo” das prisões que foram realizar por Salazar, quando esteve no poder, analisando a crueldade psicológica e física a que eram submetidos os réus nos tribunais da época, expondo que “a Inquisição é capaz de tudo, e a tortura a que submetem as vítimas fá-las, em muitos casos, delirar, a ponto de responderem afirmativamente a todas as perguntas, sem consciência mesmo das respostas que dão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rodrigues (1980), o estabelecimento da censura não foi expresso de forma aberta, ainda mais por se tratar de um período de ditadura militar. As intervenções que a imprensa sofreu foram inúmeras, como nos jornais que circulavam com diversos espaços em branco representando o “corte” de notícias, o fechamento de livrarias e tipografias, a prisão e perseguição de livreiros e escritores cujas obras, no parecer do governo, possuíam algum item controverso aos assuntos tanto políticos como sociais.

O período em que Portugal esteve sob o comando de Salazar foi marcado pelo retardamento social e cultural, o que ocorreu também com a classe trabalhadora, que simplesmente ficou em segundo plano. Todos os avanços que os trabalhadores haviam conquistado em lutas no período monárquico, por volta de 1840, com o início do surgimento de associações operárias e movimentos de valorização e proteção do trabalho nacional, acabaram por se congelar e até mesmo regredir com as atitudes consideradas inquisitoriais. Os sindicatos de trabalhadores passaram a ser vistos como um encontro de anarquistas, sendo altamente reprimidos pela PIDE e tendo os seus membros presos ou exilados do país.

Com relação aos escritores Natália Rodrigues e José Saramago, ao considerarmos o período correspondente à escrita de cada um, bem como a publicação de suas produções, ambos simbolizaram a resistência e a esperança de tempos melhores. Natália que em meio à censura que o país estava, a forte perseguição que sofreu com a proibição de seus textos e o julgamento que sofreu, com duras críticas não só ao seu trabalho, mas a sua pessoa em particular, conseguiu expressar e afirmar sua posição contrária ao regime em vigor. Assim como Saramago, que também sofreu perseguições enquanto trabalhava no meio jornalístico durante o regime, conseguiu captar o momento histórico ocorrido e transmitir em seu texto de forma tão vivida as ocorrências da noite anterior ao dia que mudaria os rumos da história do país.

As influências após os acontecimentos de 25 de abril em Portugal marcaram as artes no geral, influenciando a atividade dos artistas lusitanos que, saindo das amarras impostas pelo regime ditatorial salazarista, puderam produzir com liberdade, contando com organização editorial, apoio à comunidade artística e até a criação de prêmios literários, os quais ofereceram aos artistas que haviam sido silenciados ou estavam exilados

a oportunidade de mostrar sua produção ou retornar às suas atividades no país sem medo.

Definindo esse período histórico português, Eduardo Lourenço (1992) afirma que a história contemporânea do país só começou a ser construída após 1974, quando Portugal realmente se viu como uma nação única, sem a presença de suas colônias para lembrar-se de sua presença em outros continentes, passando a construir a sua nova identidade nacional.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Claudio de Farias. **A revolução portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CORREIA, Natália. **O Encoberto**. Lisboa: Galera Panorama, 1969.

_____. **Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica**. 3ª ed. Lisboa: Antígona Frenesi, 1999.

DUARTE, Amílcar Gomes. **A resistência em Portugal: (crônicas)**. São Paulo: Felman-rêgo, 1962.

LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português**. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. **Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como Destino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GAMEIRO, Odília Alves. **Natália Correia (1923-1993)**. Memórias Guardadas. Silêncios e Ênfases nos Arquivos de Natália Correia e Dórdio Guimarães. Ponta Delgada (PT): BPARPD, 2016.

LOPES, João Marques. **Saramago: Biografia**. São Paulo: Leya, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. 3ª ed. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

NERY, Sebastião. **Portugal um salto no escuro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

PEDROSA, Ana Bárbara Martins. **Escritoras Portuguesas e o Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública**. 474 f. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2017.

PORTELA, Luís; RODRIGUES, Edgart. **Na Inquisição do Salazar**. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1957.

SARAMAGO, José. **Que Farei com Este Livro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEIXO, Maria Alzira. **O essencial sobre José Saramago**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. 15. ed. Portugal: Publicações Europa-américa, 1992.

_____. **História de Portugal**. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.